

A CRISE CONTEMPORÂNEA DO CAPITAL E A REESTRUTURAÇÃO POLÍTICA QUE AFETA OS DIREITOS SOCIAIS

Rodrigo Dos Santos Santana (Graduando em Serviço Social/Bolsista PIBIC
Fundação Araucária) e-mail: rodrigasantana5467@gmail.com
Thaís Gaspar Mendes da Silva (Orientadora), e-mail:
thais.silva@unespar.edu.br

Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR - *Campus Paranavaí*

Resumo: Este artigo é fruto de pesquisa bibliográfica, apresenta uma breve discussão sobre a crise do capital e suas consequências societárias de ataque aos direitos e as políticas sociais, em especial, os rebatimentos aos grupos mais vulneráveis da sociedade brasileira. Se constitui como parte dos estudos de uma pesquisa de iniciação científica, da Unespar, *campus* Paranavaí que tem o objetivo de identificar elementos da crise contemporânea do capital e o ataque aos direitos, em especial na quadra histórica da pandemia da Covid-19 e as repercussões à gestão da política de assistência social.

Palavras-chave: Crise do capital, Políticas Públicas, Direitos sociais.

Introdução

A crise contemporânea do capital é entendida como uma crise estrutural e conforme afirma Netto (2013) é inerente ao capitalismo, pois “não existe capitalismo sem crise”. A afirmativa remete ao fato de que estruturalmente atrelada ao capital, à crise faz parte do sistema econômico-político, uma vez que para a extração da mais valia por uma ínfima parcela da população, também é necessário o empobrecimento da parte contrária. Esse paradigma ocasionalmente resulta em crises que precedem uma mudança na estrutura do capital, que ocorrem algumas vezes na história de forma mais branda e outras mais impactantes (NETTO, 2013).

Estas, são chamadas de crises cíclicas, acontecem em intervalos indeterminados de tempo e normalmente precedem uma mudança no sistema capitalista parecido um processo evolutivo (BOSCHETTI e BEHRING, 2021). Na contemporaneidade economistas afirmam que a crise pela qual o capital passa é uma das maiores já enfrentadas, e para sobreviver a esta, o capital tem por necessidade aumentar o acúmulo de riqueza.

No Brasil, a tentativa da superação da crise atual do capital, inicia-se, a partir de 2016, com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, marcado por

ser um golpe constitucional, ou seja, de forma legalizada, mas, ainda sim, um golpe. O governo que sucede a presidenta põe em andamento as contrarreformas, atacando diretamente nos direitos sociais como um todo, mas principalmente as políticas públicas de seguridade social e, dentre os mais afetados na classe trabalhadora estão os grupos mais vulneráveis, dentre os quais, destaca-se: o negro, a mulher, homossexual, povos indígenas e outros.

Somado a esse cenário político de desmonte dos direitos, tem-se no início do ano 2020 a avassaladora pandemia de covid-19 que afetou o mundo e, no Brasil, a gestão do (des)governo Bolsonaro influenciou diretamente no número de vidas perdidas, sobretudo dos grupos mais vulneráveis, que foram afetados tanto pela pandemia quanto pela negligência e negacionismo do Estado brasileiro, que adotou caminhos que só agravaram a pandemia.

Materiais e métodos

A discussão apresentada é resultado parcial de uma pesquisa de Iniciação Científica, ainda em desenvolvimento. Caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e de natureza qualitativa, que busca aprofundar o tema em referenciais teóricos científicos.

Resultados e Discussão

A necessidade de minimizar os efeitos da crise faz com que o capital inicie uma reorganização política para reduzir ou mesmo, caso possível, extinguir os direitos sociais até então conquistados. Segundo afirma Braz (2017, p. 99) “tal necessidade de aceleração é muito determinada pela crise que se arrasta nas potências capitalistas e pela desaceleração da China, assim como pelas dificuldades que o imperialismo encontra (criadas por ele mesmo) em meio às guerras nos países da Ásia e do Oriente Médio”.

A interferência do capital na política sempre esteve presente, sendo que esta deve atender aos interesses do capital ou, minimamente, não o atrapalhar. O golpe de 2016 é um retrato desse ataque à aqueles que não operam diretamente a favor do capital. Este só permite a livre democracia quando esta não atrapalha seus interesses (BRAZ, 2017).

Michel Temer em sua gestão dá início aos processos de contrarreformas atacando os direitos trabalhistas e sociais. Estas reformas são a evidência de que o capital não pretende mais negociar com a classe trabalhadora, e esta se articula para fazer justamente o contrário disso (LÖWY, 2016).

As atitudes dos governos mais recentes são reflexos dessas manobras e eles têm reestruturado os direitos sociais abrindo margem para a exploração avultada do capital com intenções claras de acúmulo capitalista e negligenciado todo o direito à classe trabalhadora. No entanto, essa reestruturação e ataque a toda a uma única classe social - a classe trabalhadora - é alargada quando observamos as expressões da questão social sendo ampliadas, dada ao recorte de gênero, raça e etnia (IRINEU, *et. al*, 2021).

O Brasil é constituído desde seu início numa base patriarcal machista e conservadora, sendo que a hegemonia de poder não está nas mãos do governo, mas do capital que o financia e interfere diretamente na política brasileira. Tal poder vinha sendo exercido pelo governo de forma a conciliar os interesses do capital e da classe trabalhadora, porém, essas conquistas em forma de direitos sociais soam como uma ameaça ao poder capitalista que articula os ataques a elas, visando a reestruturação desses direitos e reafirmação prática de seu poder (CASTILHO, LEMOS, GOMES, 2017, p. 458).

A retomada de ideias conservadoras é uma estratégia do capital para se manter como classe dominante. Uma das manobras utilizadas atualmente é adotar uma política neoliberal conservadora, que entende que o Estado deve ser mínimo e que por consequência, os direitos sociais também. Assim, o capital passa a se utilizar de diversas artimanhas políticas para alcançar seus objetivos, atacando fortemente os direitos da classe trabalhadora. Desde a década de 1970 o capital tem se afirmado como neoliberal conservador, colocando as políticas de bem estar social como uma figura antagônica aos seus interesses e associação a uma política de manutenção dos costumes tradicionais. O neoconservadorismo vai defender os ideais de livre mercado e intervenção do Estado quando convier (BARROCO, 2015).

Na gestão de Bolsonaro esse processo de contrarreformas e destituição dos direitos sociais só se intensificou, houve um congelamento de verbas e redução do teto de gastos públicos para todas as políticas que compõem a seguridade social e a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho, principalmente pelo cenário de pandemia de Covid-19, no qual o presidente pode e deve ser responsabilizado pelas mais de 600 mil mortes vítimas da pandemia, vidas perdidas, sequelas pelos infectados sobreviventes, tragédia que poderia ter sido evitada ao menos em parte (IRINEU, *et. al*, 2021).

Quando verificamos os mais afetados pela crise de violência e desemprego encontramos os grupos com pautas sociais entre os mais afetados pela série de mudanças políticas. “Estes são apenas alguns dos traços presentes em um cotidiano marcado por diversas outras formas de violência, que afetam mais mulheres, pessoas negras, povos originários, migrantes, população LGBTQIAP+” (IRINEU, *et. al*, 2021, p. 08).

Considerações finais

Em decorrência da crise contemporânea uma série de reestruturações vêm sendo colocadas em prática. Esse processo de reestruturação política se alarga com um golpe em 2016 e no governo ilegítimo que sucede e no posterior a ele, a classe trabalhadora tem os seus direitos sociais colocados em xeque. As políticas sociais são sucateadas e em meio a uma crise sanitária se presencia uma gestão mais interessada em atender aos interesses do capital, que negligencia a gravidade da pandemia e adota uma postura negacionista frente ao caos. Dos direitos sociais mais afetados estão os direitos trabalhistas que dão margem a maior exploração à classe trabalhadora, e os direitos humanos que são reformulados de acordo com a ideologia política atual.

As políticas do tripé da seguridade social passam a ter suas verbas congeladas, um teto de gastos impostos e, especialmente durante a pandemia não dá conta de atender a toda a demanda por esta gerada, o que contraria, o Artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Por fim, e não esgotando o assunto, essas contrarreformas e a própria pandemia da covid-19, atinge toda a classe trabalhadora, mas ela afeta majoritariamente os grupos mais vulneráveis da nossa sociedade, como mulheres, negros, idosos e a comunidade LGBTQ+, que

sofrem uma dupla violência, pela redução dos direitos sociais, trabalhistas e agravamento da miséria, como também pelo ataque as suas pautas.

Agradecimentos

À Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR e a Fundação Araucária do Paraná - FAP pelo apoio e fomento da bolsa de PIBIC.

Referências

BARROCO, Maria Lucia S. **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social.** In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. **Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?** In: Serviço Social & Sociedade, n. 140, 2021.

BRAZ, Marcelo. **O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário.** In: Serviço Social & Sociedade, n. 128, 2017.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza; GOMES, Vera Lúcia Batista. **Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social.** Serviço Social & Sociedade, n. 130, 2017.

IRINEU, Bruna Andrade; SILVA, Laurinete; CANTALICE, Luciana; BRETTAS, Tatiana; CLOSS, Thaísa. **Crise capitalista, Questão social no Brasil e diretrizes curriculares da ABEPSS.** In: Temporalis, Brasília (DF), ed. 42, p. 6-15, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/1410>. Acesso em: 22 Maio. 2022.

LÖWY, Michael. **O golpe de estado de 2016 no brasil** In: Blog da Boitempo [online]. mai. 2016 Disponível em: <http://rogeriocerqueiraleite.com.br/o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil>. Acesso em: 22 maio 2022.

PAULO NETTO, José. **Entrevista com José Paulo Netto (homenagem a Carlos Nelson Coutinho).** In: Revista Habanero. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j2kF7R1mFCU&t=4s>. Acesso em: 22 fev. 2022.